

FATOR-CHAVE: RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

TEMA PRIORITÁRIO: Economia de Baixo Carbono.

OBJETIVO: Reduzir a intensidade de emissões de CO₂ equivalente pela produção industrial brasileira.

INICIATIVAS:

- 1: Identificação de oportunidades e riscos da implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC);
- 2: Avaliação dos impactos da precificação de carbono na competitividade da indústria;
- 3: Promoção da inovação para o aumento da eficiência nas emissões de gases de efeito estufa;
- 4: Promoção de ações alinhadas aos princípios da economia circular e da eficiência no uso dos recursos;
- 5: Promoção e estímulo da eficiência energética na indústria.

Foram realizadas 54 ações para alcançar esse objetivo:

- 24 ações de geração de conhecimento;
- 4 ações de prestação de serviços;
- 26 ações de defesa de interesses.

Ação 1: Defesa de interesses

Elaboração e divulgação do documento "[Mudança do Clima e Indústria Brasileira: iniciativas e recomendações estratégicas para a implementação e financiamento da NDC do Brasil](#)", elaborado em parceria com o Governo Federal (antigo MDIC) e entregue a representantes dos poderes Executivo e Legislativo. O documento apresenta propostas para a implementação e financiamento dos compromissos brasileiros estabelecidos na Conferência das Partes (COP 21), por meio da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil.

A partir da contribuição da CNI, o Governo Federal, por meio do antigo MDIC, adotou as estratégias de implementação e financiamento da NDC brasileira em sua agenda de trabalho, pauta que foi incorporada ao Ministério da Economia. As recomendações da CNI também foram incorporadas ao documento "[Business Engagement in Implementing National Climate Pledges & The Paris Agreement](#)" produzido pela OECD sobre a implementação e financiamento da NDC nos diversos países.

Ação 2: Defesa de Interesses

Construção, em conjunto com a base industrial, do texto substitutivo ao [PL528/21](#) (apensado ao 2148/15), de autoria do deputado Marcelo Ramos (PL/AM), que regulamenta o Mercado de Carbono. A CNI estruturou um GT técnico, para tratar esse assunto, composto por Associações Setoriais, Federações de Indústria e empresas.

Ação 3: Geração de Conhecimento

A CNI elaborou o estudo "[A Precificação de Carbono e seus Impactos na Competitividade da Cadeia de Valor da Indústria](#)". A publicação apresenta o resumo executivo do estudo realizado pela CNI para avaliar os impactos macroeconômicos da precificação de carbono sobre a competitividade industrial, visando cumprir a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris.

Ação 4: Geração de conhecimento

A CNI elaborou o documento "[Contribuição da Indústria ao Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável no Acordo de Paris](#)".

O Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (MDS) é o instrumento proposto pelo Brasil, em 2015, em continuidade ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em vigor desde o protocolo de Quioto. O MDS prevê a remuneração de projetos voluntários de redução de emissões no âmbito do Acordo de Paris, por meio da geração de créditos de carbono que podem ser comercializados no mercado internacional.

Durante a regulamentação do Acordo de Paris, foi proposto pela União Europeia o critério de ajuste correspondente, que eleva a ambição da meta de redução da emissão de gases de efeito estufa de forma proporcional à venda de créditos de carbono no mercado internacional. Esse ajuste resultaria no estabelecimento de metas mais rigorosas aos países que implementam mais projetos de MDS, enfraquecendo o instrumento como mecanismo de incentivo positivo à redução de emissões.

Ação 5: Defesa de interesses

Divulgação e entrega ao Governo Federal do documento "[Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável e Competitividade Industrial](#)", versão mais robusta e atualizada do documento, divulgado em 2019, "[Contribuição da Indústria ao Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável no Acordo de Paris](#)".

A publicação apresentou as propostas da CNI ao Governo Brasileiro para subsidiar as negociações internacionais sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (MDS) no Acordo de Paris, principal ponto da negociação da Conferência das Partes (COP 26), ocorrida em novembro de 2021.

A CNI defende que o ajuste correspondente não seja aplicável a projetos de MDS. O pleito visa evitar possíveis aumentos de custo no cumprimento dos compromissos assumidos nas NDCs; a perda de investimentos relativos a projetos de MDL já aprovados; e a insegurança jurídica para realização de novos projetos de MDS.

A transição adequada entre os créditos de projetos MDL já aprovados para o MDS é outra demanda da CNI. Essas propostas viabilizam ao setor produtivo brasileiro um mecanismo não dependente de recursos públicos, capaz de gerar diferenciais competitivos para as boas práticas do setor industrial.

Em apoio ao governo brasileiro, a CNI coordenou a ação do setor privado na COP 24 pela prorrogação das negociações, para conter o risco da manutenção do ajuste correspondente e abrir espaço para uma proposta mais competitiva para o Brasil.

Ação 6: Prestação de Serviços

A CNI, em parceria com o Governo Federal e a OCDE, realizou capacitações de empresas industriais sobre as possibilidades de financiamento para tecnologias que mitiguem o impacto climático das atividades econômicas. A capacitação ocorreu em um evento, realizado em São Paulo, com a presença de 50 representantes da indústria (federações de indústria, associações setoriais e empresas), do governo e de bancos.

Ação 7: Geração de Conhecimento

A CNI elaborou e divulgou as publicações "[Financiamento para o clima: um guia para a indústria](#)" (2019) e "[Financiamento para o Clima - um guia para otimização do acesso pela Indústria](#)" (2020).

A primeira apresenta e orienta sobre 50 fundos nacionais e internacionais disponíveis para apoiar projetos que contribuem com a redução dos impactos das mudanças climáticas. Já a segunda apresenta soluções para acesso a recursos financeiros voltados para a economia de baixo carbono no Brasil e do mundo, aplicáveis às atividades industriais, bem como os principais critérios econômicos, sociais, ambientais e de governança (*ESG*, na sigla em inglês), que devem ser seguidos para acessar os fundos de investimento.

Ação 8: Geração de Conhecimento

A CNI elaborou o documento "[Contribuição da Indústria para a Agenda de Financiamento Climático](#)", lançado em evento na COP 24, na Polônia. O documento recomenda a elaboração de modelos de financiamento para o clima mais compatíveis com a realidade da indústria brasileira, a partir do mapeamento de necessidades de investimento e barreiras para acesso e execução das fontes de financiamento.

Ação 9: Defesa de interesses

Entrega ao Governo Federal do documento "[Contribuição da Indústria para a Agenda de Financiamento Climático](#)".

Ação 10: Defesa de Interesses

A CNI atuou, junto ao Comitê Consultivo do Projeto *Technology Needs Assessment* (TNA), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), para a incorporação das propostas da indústria ao escopo do projeto, com o objetivo de buscar financiamento junto ao *Green Climate Fund* (GCF) da ONU.

Ação 11: Defesa de Interesses

A CNI realizou uma edição do programa "Conhecendo a indústria" com o tema "mudança do clima", em parceria com a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, nas cidades de Pedro Leopoldo e Belo Horizonte / MG. O programa tem como objetivo realizar ação de defesa de interesse da indústria em pauta específica junto a atores do setor público, com o objetivo de mostrar os impactos da tomada de decisão governamental na prática operacional das empresas. Nesta edição, o objetivo foi a sensibilização de interlocutores em relação ao uso de resíduos para a geração de energia e redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) na indústria do cimento. Um dos resultados da maior interação do setor privado com o governo foi o atendimento da demanda

da indústria pelo IBAMA, autorizando a importação de resíduos, visando realização de testes de recuperação energética no setor de cimento.

Ação 12: Geração de conhecimento

A CNI promoveu diálogo sobre mudanças climáticas e a geração de novos negócios, em parceria com a Revista Isto É Dinheiro, envolvendo CEOs de empresas e a Diretoria da CNI.

Ação 13: Defesa de Interesses

Em 2016, a CNI iniciou o trabalho no âmbito do Comitê Consultivo do projeto Partnership for Market Readiness (PMR - Brasil), desenvolvido em parceria entre o Governo Federal e o Banco Mundial. O projeto teve o objetivo de estudar instrumentos econômicos para a precificação de carbono no País, visando cumprir os compromissos brasileiros estabelecidos no Acordo de Paris.

No contexto da consulta pública do projeto PMR Brasil, realizada em 2018, a CNI e a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) organizaram reuniões para que os setores industriais apresentassem suas contribuições diretamente ao Governo. Os setores participantes foram siderurgia, cimento, químico, papel e celulose, alumínio e vidro, que posteriormente formalizaram suas respostas à consulta. Devido à mudança de governo, os resultados da consulta pública não foram divulgados. O projeto foi finalizado em 2020 indicando como melhor custo-benefício para o país o “Sistema de Comércio de Emissões”. No entanto, o documento final, com as recomendações para o funcionamento desse sistema, ainda não foi publicado.

A CNI articulou, junto ao governo federal, durante todo o processo do PMR, a incorporação das propostas do setor, apresentadas no estudo “A Precificação de Carbono e seus Impactos na Competitividade da Cadeia de Valor da Indústria”.

Ação 14: Geração de Conhecimento

A CNI elaborou uma modelagem macroeconômica para quantificar os impactos da taxação e do mercado de emissões sobre a economia e a competitividade da indústria brasileira. Os resultados desse trabalho contribuem para o alinhamento da posição da indústria e para as ações de defesa de interesses da CNI junto ao Poder Legislativo, em especial na discussão sobre o PLP 559/2018, que trata da criação da CIDE sobre emissões de gases de efeito estufa.

Ação 15: Defesa de Interesses

A CNI defendeu no poder Legislativo, a rejeição do PLP 559/2018, que propunha a taxação sobre o carbono na forma de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). De acordo com estudo da CNI, a implantação de taxação representaria queda de 1,5% do PIB, redução de aproximadamente 800 mil postos de trabalho, redução de 5% das exportações líquidas e aumento dos preços da eletricidade (6%) e insumos agrícolas (2%).

Ação 16: Defesa de Interesses

A CNI, em parceria com a Coalizão Indústria, articulou e realizou campanha contra a “Taxação de Carbono” junto aos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo a veiculação de artigo nas mídias sociais, mostrando os impactos macroeconômicos da criação de um novo imposto sobre emissões de gases de efeito estufa – perdas de US\$ 130 bilhões no PIB, 800 mil postos de trabalho e reduções de atividades e exportações da indústria em até 3% e 5%, respectivamente, além de aumento de custos dos principais insumos em até 8%.

Ação 17: Geração de Conhecimento

Para orientar as empresas industriais na incorporação da gestão do risco operacional aos impactos da mudança do clima, que trouxeram prejuízos às operações industriais brasileiras de até US\$ 4 bilhões nos últimos anos, em 2020, a CNI elaborou e divulgou a publicação "[Indústria Resiliente: um guia para a indústria se adaptar aos impactos da Mudança do Clima](#)".

Importante ressaltar que a metodologia utilizada no estudo foi a da United Kingdom Climate Impacts Programme (UKCIP), traduzida para o contexto brasileiro pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVCes) e aplicada à realidade industrial pela CNI, por meio do uso de ferramentas de gestão da qualidade e de risco utilizadas na rotina operacional das empresas.

Ação 18: Prestação de Serviços

A CNI, o SENAI e o IEL trabalharam na implementação do Programa Aliança para indústrias energointensivas, que consiste em identificar oportunidades de redução de consumo de energia nas empresas. O programa conta com financiamento da Eletrobrás/Procel, que cobre metade dos custos do processo de diagnóstico das oportunidades, sendo a outra metade arcada pelas empresas.

Como resultado, foi identificado um potencial médio de 7,7% de redução no consumo total de energia (elétrica e térmica), correspondente à 915 mil MWh/ano equivalente (ou redução de cerca de 104 MW de demanda elétrica). Desse potencial, 5,4% foram aprovados pelas empresas e estão sendo gradativamente implantados (o que corresponde a uma taxa de cerca de 69% de implantação sobre o total identificado) – somando 633 mil MWh/ano de redução em implantação (equivalente a 72 MW de redução na demanda).

Até julho de 2019, foram efetivamente economizados nas fábricas participantes 111 mil MWh/ano, provenientes de ações que já foram implantadas

Ação 19: Prestação de Serviços

O sucesso do Programa Aliança motivou a proposição de novo programa de eficiência energética com recursos da Eletrobrás/Procel, o Programa Eficiência Energética Digital, em parceria com o SENAI/RS. O programa tem como objetivo identificar oportunidades de redução do consumo de energia e da emissão de CO2 por meio do mapeamento de fluxo de valor e da aplicação de tecnologias digitais. O programa pretende atender 8 indústrias em 2 anos, reduzindo a intensidade energética das plantas participantes em, no mínimo 5%, e alcançando uma redução de pelo menos mil toneladas/mês das emissões de gases de efeito estufa.

Ação 20: Prestação de Serviços

Assinatura do Convênio com a Eletrobras e início da execução do Programa Aliança 2, no valor de R\$20 milhões de reais, para execução entre 2022 e 2024, para expandir a iniciativa de identificação de oportunidades de redução de consumo de energia nas empresas.

Ação 21: Defesa de Interesses

A CNI atuou junto ao Poder Executivo e voltou a fazer parte do Comitê Gestor de Eficiência Energética (CGEE). Criado pela Lei nº 13.280/2016, o CGEE atua no âmbito do Ministério de Minas e Energia e tem como finalidade aprovar o Plano Anual de Aplicação de Recursos do

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PAR-Procel), além de acompanhar a execução das ações do Procel e avaliar, anualmente, as contas e os resultados alcançados por meio da aplicação dos recursos alocados. Somente no biênio 2018/2019, o Programa destinou mais de R\$ 121 milhões para a promoção da eficiência energética.

Ação 22: Geração de Conhecimento

Elaboração do documento "Mudanças climáticas: estratégias para a indústria", no âmbito das Propostas da Indústria, que apresenta recomendações para promover o aproveitamento de oportunidades em baixo carbono e a redução dos riscos associados aos eventos climáticos, por meio de estratégias de implementação e financiamento da NDC brasileira.

Ação 23: Defesa de Interesses

Divulgação do documento "Mudanças climáticas: estratégias para a indústria" e entrega aos candidatos à Presidência da República nas Eleições 2018.

Ação 24: Geração de Conhecimento

A CNI apoiou tecnicamente a elaboração do estudo [Indústria Resiliente: "Um guia para a indústria se adaptar aos impactos da mudança do clima – Setor da Mineração"](#), para contribuir com a resiliência climática do setor da mineração, que é um dos mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima.

Ação 25: Defesa de Interesses

Elaboração e entrega ao Governo Federal da proposta de agenda conjunta entre CNI e o governo para a Mensuração, Relato e Verificação (MRV) das emissões de Gases de Efeito Estufa, visando o estabelecimento de regras para uniformizar os sistemas de MRV de emissões de gás de efeito estufa (GEE) nos ambientes corporativos.

Ação 26: Geração de conhecimento

A CNI elaborou o estudo ["Mercado de Carbono: Análise de Experiências Internacionais"](#), que apresentou iniciativas internacionais de sistemas de governança de mercados de carbono que tiveram sucesso, tendo em vista que a implantação de um mercado regulado de carbono depende de uma estrutura organizacional e governança adequadas para sua operacionalização.

Ação 27: Defesa de Interesses

Realização do evento Mercado de Carbono e a COP-26, transmitido ao vivo pelas redes sociais da CNI, com o lançamento do estudo ["Mercado de Carbono: Análise de Experiências Internacionais"](#). Foram produzidos e divulgados cards e matérias jornalísticas para sensibilização dos tomadores de decisão. Participaram representantes da vice-presidência da Câmara dos Deputados; da Delegação da União Europeia no Brasil; do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Natura; da Shell Brasil; da Indústria Brasileira de Árvores; da Fiero e da Green Domus Consultoria.

Ação 28: Geração de Conhecimento

Elaboração do [Fact Sheet – Mercado Regulado de Carbono](#), que apresenta o posicionamento da indústria sobre a regulamentação de um mercado brasileiro para estimular o ambiente de negócios e contribuir com a contribuição brasileira (NDC), no âmbito do Acordo de Paris.

Ação 29: Geração de Conhecimento

Elaboração do [Fact Sheet - Estratégia para apoiar uma Economia de Baixo Carbono](#), que apresenta os seguintes 4 pilares propostos pela indústria para acelerar a redução de emissão de GEE no país, nos curto e médio prazos, e o alcance da neutralidade climática, em 2050: transição energética, mercado de carbono, economia circular e conservação florestal.

Ação 30: Defesa de Interesses

Elaboração e divulgação do texto "[Visão da Indústria para COP-26](#)", que contempla o posicionamento da indústria sobre os principais temas em negociação da Convenção: Artigo 6 do Acordo de Paris; adaptação à mudança do clima; e financiamento climático e transferência de tecnologia.

Ação 31: Defesa de Interesses

Realização do evento Brazilian Industry Day, no espaço Brasil na 26ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP-26) em Glasgow, que contou com a participação de 30 palestrantes. A CNI realizou campanha de comunicação em mídias sociais para preparação da COP-26. Foram produzidos e divulgados cards, vídeos, cases, matérias jornalísticas e entrevistas em parceria com a FSB Comunicação para sensibilização dos tomadores de decisão, entre outros interlocutores do tema.

Ação 32: Defesa de Interesses

Apoio ao Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), na organização do Espaço Brasil na 26ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP-26), em Glasgow. Nesse ambiente, foram realizadas reuniões, debates, networking e a apresentação de experiências bem-sucedidas que mostraram ações concretas da indústria para o meio ambiente e a sustentabilidade, com dados reais de redução de gases de efeito estufa (GEE).

Ação 33: Geração de Conhecimento

Elaboração de estudo "Desdobramentos do Artigo 6 do Acordo de Paris", referente aos impactos para o Brasil dos resultados das negociações alcançados na COP 26, em especial sobre o Artigo 6, que estabelece o Mercado Global de Carbono.

Ação 34: Geração de Conhecimento

A CNI elaborou e divulgou o documento "Economia de Baixo Carbono: para um futuro sustentável", no âmbito das propostas da indústria para as eleições de 2022. O documento apresenta a proposta da indústria para consolidar a economia de baixo carbono no Brasil, ancorada em 4 pilares: transição energética, mercado de carbono, economia circular e conservação florestal.

Ação 35: Defesa de interesses

A CNI entregou o documento “Economia de Baixo Carbono: para um futuro sustentável” aos candidatos à presidência da república nas eleições de 2022 e defendeu que as propostas sejam implementadas nos planos de governo dos candidatos.

Ação 36: Geração de Conhecimento

Elaboração de estudo “Hidrogênio Verde: Perspectivas para o Desenvolvimento e Potencial para a Indústria Brasileira”, objetivando a elaboração de uma estratégia da indústria para estruturação, de forma competitiva, de uma cadeia de fornecedores de hidrogênio no país com seleção de setores e segmentos potencialmente competitivos, envolvendo a produção de equipamentos e a prestação de serviços de engenharia e projetos.

Ação 37: Defesa de Interesses

A CNI elaborou e lançou o documento “[Economia Circular: Caminho Estratégico para a Indústria Brasileira](#)”, com o objetivo de orientar o setor na transição do modelo linear para o circular. O *roadmap* foi construído com base em consulta realizada junto a associações setoriais e federações da Indústria, e propõe iniciativas relacionadas a políticas públicas, educação, pesquisa, desenvolvimento e inovação, financiamento e mercado.

Entre as propostas para a transição do modelo econômico estão o desenvolvimento de políticas públicas e tratamento fiscal adequados; a ampliação do acesso ao crédito para implantação de práticas circulares; a revisão de regulações para potencializar o uso de reciclados; o estímulo à inovação e a modelos de negócios circulares; o desenvolvimento de campanhas educativas e a inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras públicas.

Ação 38: Geração de Conhecimento

A CNI elaborou, em parceria com a Universidade de São Paulo, o estudo “[Economia Circular: oportunidades e desafios para a indústria brasileira](#)”. O documento foi lançado em workshop realizado junto a representantes das federações estaduais de indústria, das associações de indústria, de empresas e do setor público. O estudo apresenta uma base conceitual sobre o tema, aborda a eficiência no uso dos recursos e fluxo de materiais, e traz exemplos de práticas que estão sendo implementadas por empresas, como o design modular, manutenção, reúso, remanufatura, reciclagem e recuperação energética.

Ação 39: Geração de Conhecimento

A CNI lançou dois vídeos para informar e mobilizar o setor industrial sobre conceitos de economia circular:

- “[Entenda a importância do pensamento do ciclo de vida do produto](#)”. O objetivo do primeiro vídeo foi sensibilizar empresas industriais e consumidores acerca da abordagem circular e do ciclo de vida de produto, somando mais de 25 mil visualizações em maio de 2022.
- “Economia Circular: a indústria no caminho do desenvolvimento sustentável”. Já o segundo vídeo apresentou breve conceituação sobre o tema e o panorama da Economia Circular no país (com base no resultado da pesquisa Economia Circular na Indústria Brasileira e no Caminho Estratégico da Indústria). Em maio de 2022, a peça já contava com mais de 50 mil visualizações.

Ação 40: Geração de Conhecimento

Para ampliar o conhecimento da sociedade e do setor industrial sobre o tema Economia Circular, foram produzidos e publicados, em veículos de imprensa e mídias sociais, artigos e publicidades com a apresentação de cases setoriais e empresariais considerados referências na implementação da Economia Circular no país.

Ação 41: Geração de Conhecimento

A CNI realizou o “Encontro Economia Circular e a Indústria do Futuro”, para promover o debate sobre a adoção de princípios de circularidade e o desenvolvimento de novos mercados e cadeias produtivas para a indústria do futuro. O evento reuniu mais de 350 representantes industriais, com repercussão junto a 52 veículos de imprensa e alcance de 7,2 milhões de internautas por meio das redes sociais. No encontro foram lançados o *roadmap* “Economia Circular: Caminho Estratégico para a Indústria Brasileira” e o vídeo “Economia circular: a indústria no caminho do desenvolvimento sustentável”, que já é o mais visualizado do canal Indústria Sustentável.

Ação 42: Geração de Conhecimento

A CNI realizou a pesquisa “[Economia Circular na Indústria](#)”, o primeiro mapeamento com abrangência nacional sobre o grau de entendimento e de implementação de práticas de economia circular na indústria brasileira. A pesquisa mostrou que 76,5% das indústrias desenvolvem alguma iniciativa de economia circular, embora a maior parte não saiba que as ações se enquadram nesse conceito. Entre as principais práticas elencadas pelos respondentes estão a otimização de processos (56,5%), o uso de insumos circulares (37,1%) e a recuperação de recursos (24,1%).

O levantamento também mostrou que 88,2% dos entrevistados avaliaram a economia circular como importante ou muito importante para a indústria brasileira. A questão vai além da busca por eficiência.

Ação 43: Geração de Conhecimento

A CNI realizou, junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e à Fundação Espaço ECO, consulta para conhecer a percepção do setor empresarial sobre Economia Circular. Segundo o levantamento, 91% dos gestores acreditam que empresas aplicam conceitos de economia circular, no entanto, a maior parte dos esforços vai para recuperação de recursos, como reciclagem, e pouco na mudança da estratégia dos negócios

Os [resultados](#) foram apresentados em evento com representantes das federações estaduais de indústria, das associações de indústria, de empresas e do setor público.

Ação 44: Geração de Conhecimento

Elaboração do documento “[Economia Circular: o uso eficiente dos recursos](#)”, no âmbito das Propostas da Indústria para as Eleições 2018, que apresenta propostas para reduzir as principais barreiras à adoção dos princípios de economia circular no Brasil, como a extensão da vida útil e a remanufatura de produtos, o compartilhamento e a reciclagem de materiais.

Ação 45: Defesa de Interesses

Divulgação do documento “[Economia Circular: o uso eficiente dos recursos](#)” e entrega aos candidatos à Presidência da República nas Eleições 2018.

Ação 46: Defesa de Interesses

A CNI entregou ao Poder Executivo fichas setoriais com a indicação de requisitos de sustentabilidade a serem incorporados pelo gestor público nos processos de compras governamentais de produtos dos setores (compras públicas sustentáveis): elétrico e eletrônico; de produtos de higiene, limpeza e saneantes; e papel e celulose. Os documentos foram elaborados pelas respectivas associações setoriais em parceria com a CNI e o Tribunal de Contas da União.

Ação 47: Defesa de Interesses

A CNI criou a **Rede de Economia Circular da Indústria**, composta por representantes de 25 instituições atuantes na agenda, entre associações setoriais e federações de indústrias. O objetivo é apoiar a transição da indústria para a economia circular, especialmente na influência sobre a construção de políticas públicas e outras normativas relacionadas ao tema, e contribuir para a melhoria da competitividade das empresas industriais nos mercados nacional e internacional.

Ação 48: Defesa de Interesses

A CNI identificou, junto à Rede de Economia Circular da Indústria, os principais aspectos que uma “Política Nacional de Economia Circular” deve considerar. Foram levantados princípios, diretrizes, objetivos e os instrumentos necessários para apoiar a transição do país rumo à Economia Circular.

Ação 49: Defesa de Interesses

A CNI participa do Grupo de Trabalho Economia Circular e Indústria do Fórum da Geração Ecológica da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal. O objetivo do grupo é apresentar propostas sobre o tema ao Congresso Nacional.

Ação 50: Defesa de Interesses

A CNI participa ativamente da elaboração da Norma Internacional de Economia Circular, conduzida pelo Comitê Técnico 323 da *International Organization for Standardization (ISO/TC 323)*. A atuação se dá por meio de 4 grupos de trabalho do TC e da representação da América Latina e o Caribe, junto ao Grupo de Alto Nível do Comitê.

No âmbito do processo de elaboração da norma, estão previstas as seguintes entregas: as três Normas ISO sobre Economia Circular, uma com terminologia, princípios e framework para implementação, a segunda sobre modelos de negócios circulares e a terceira sobre métricas de circularidade, todas previstas para publicação em 2023.

Ação 51: Defesa de Interesses

A CNI coordena a Comissão de Estudo Especial de Economia Circular da Associação ABNT (CEE/323), espelho do ISO/TC 323, para analisar os documentos produzidos e construir os

posicionamentos levados às instâncias do Comitê Técnico 323 da *International Organization for Standardization* (ISO/TC 323).

Ação 52: Defesa de Interesses

Para alinhar os posicionamentos dos países e fortalecer a atuação da região junto à ISO, foi instalado o Grupo Focal sobre Economia Circular da Comissão Panamericana de Normas Técnicas (COPANT), no qual a CNI representa o país. A CNI participou dos dois encontros realizados.

Ação 53: Geração de Conhecimento

A CNI realizou dois maiores eventos junto ao setor industrial: o 8º Congresso Brasileiro de Inovação e o ENAI 2020. Em ambos, o tema “Economia Circular” foi debatido. No Congresso de Inovação, foi realizado o *talkshow* “Modelos de Negócios Inovadores para a Economia Circular”, que apresentou experiências empresariais que buscam o aproveitamento máximo dos recursos por meio de novos modelos de negócios

Já no Enai 2020, foram realizadas duas palestras sobre o tema em questão: “[Economia Regenerativa como oportunidade para as empresas brasileiras](#)”, palestra proferida pela especialista Lorraine Smit; e a apresentação do caso “[Flex Brasil: gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais por meio da economia circular](#)”, com o vice-presidente da empresa, Leandro Santos.

Ação 54: Geração de Conhecimento

A CNI iniciou o desenvolvimento da ferramenta Rota de Maturidade da Indústria em Economia Circular, que compreenderá um questionário para autodiagnóstico sobre o grau de maturidade das empresas em relação às práticas de Economia Circular e apresentará propostas de ações de melhoria. O trabalho vem sendo realizado em parceria com o Centro de Inovação Tecnológica da Universidade de São Paulo, o Inova-USP. A previsão é que a ferramenta seja finalizada e lançada em 2022.